

Concurso Público Unificado para provimento de
cargos do quadro único do
Poder Judiciário do Estado de Goiás

RESPOSTA ESPERADA – RETIFICADA

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE APOIO JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO

O Centro de Seleção da Universidade Federal de Goiás divulga a **resposta esperada final e os critérios de correção da Prova Discursiva**. Essa resposta será utilizada como referência no processo de correção. Serão também consideradas corretas outras respostas que se encaixarem no conjunto de ideias que correspondem às expectativas quanto à abrangência e à abordagem do conhecimento no que se refere à competência e/ou habilidades na utilização de conceitos e/ou técnicas específicas. Respostas parciais também serão aceitas, contudo, a pontuação a elas atribuída considerará os diferentes níveis de acerto, quando for o caso.

PARTE I:	Pontos
Conhecimento teórico	20,0
Argumentação	20,0
Análise crítica	20,0
Total	60,0

Não é possível falar de transparência sem a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece o dever de divulgar as informações públicas, principalmente sobre a gestão fiscal, a toda a população. Tal lei – e sua atualização pela LC 131/2009 – prima pela transparência na gestão fiscal, obriga a publicação do relatório de execução orçamentária e relatório de gestão fiscal, sendo um marco na gestão pública brasileira, por trazer vários instrumentos de transparência.

Um desses instrumentos é o incentivo a participação popular e a realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Por meio desse instrumento, foi então promovida, legalmente, a relação entre transparência e participação popular.

A participação popular só é possível na medida em que as informações são divulgadas, afinal, como compreender, questionar, contribuir e debater aquilo que não se conhece? E é justamente aí que se encontra a importância da divulgação das informações e da publicação da Lei 12.527/2011.

Quando as informações são disponibilizadas, principalmente por meios eletrônicos que garantem mais agilidade, o controle social ocorre e fica mais fortalecido, uma vez que permite aos cidadãos acompanharem e fiscalizarem mais facilmente as questões relativas ao uso de recursos públicos. Por consequência, tal controle social acaba auxiliando no combate à corrupção e no desempenho dos governos, afinal, os cidadãos podem acompanhar se os recursos estão sendo aplicados nas necessidades reais da população.

Assim, tendo informações disponíveis, fica a critério da sociedade, por meio de seus cidadãos, associações, organizações não governamentais etc. utilizarem essas informações para exercer o controle

social e cobrarem os governos, políticos e gestores públicos, responsabilidade pela correta utilização dos recursos públicos, respeitando as leis; também cabe aos que exercem o controle social denunciar a má utilização dos recursos públicos e exigir a apuração de responsabilidades.

PARTE II:	Pontos
Clareza na exposição, coerência e coesão textuais	20,0
Uso adequado da Língua Portuguesa	20,0
Total	40,0

CLAREZA NA EXPOSIÇÃO, COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

Nulo	<ul style="list-style-type: none"> • Texto caótico (sem organização, sem sentido etc.). 	Zero pontos
Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas recorrentes de predicação, de construção frasal, de paragrafação e de escolha lexical, constituindo uma sequência de frases desarticuladas. • Uso inapropriado da pontuação e dos elementos de articulação textual. • Problemas lógico-semânticos: tautologia, contradição, ambiguidade. 	5 pontos
Regular	<ul style="list-style-type: none"> • Texto com problemas acidentais de predicação, de construção frasal, de paragrafação e de escolha lexical. • Uso assistemático da pontuação e dos elementos de articulação textual. • Problemas lógico-semânticos não recorrentes como tautologia, contradição, generalização indevida, ambiguidade não-intencional. 	10 pontos
Bom	<ul style="list-style-type: none"> • Domínio dos processos de predicação, de construção frasal, de paragrafação e de escolha lexical. • Uso apropriado do sistema de pontuação e dos elementos de articulação textual. • Uso apropriado de recursos lógico-semânticos: inferência, ambiguidade intencional, referências compartilhadas, generalização pertinente etc. 	15 pontos
Ótimo	<ul style="list-style-type: none"> • Excelente domínio dos processos de predicação, de construção frasal, de paragrafação e de escolha lexical. • Domínio do sistema de pontuação e dos elementos de articulação textual. • Uso consciente de recursos lógico-semânticos: inferência, ambiguidade intencional, referências compartilhadas, generalização pertinente etc. 	20 pontos

USO ADEQUADO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Nulo	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas generalizados e recorrentes de fenômenos relativos aos domínios morfológico, sintático e semântico, e não observância à convenção ortográfica. • Uso de linguagem iconográfica. 	Zero pontos
Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Desvios recorrentes no uso dos recursos linguísticos (domínios morfológico, sintático e semântico e de convenção ortográfica). • Predominância indevida da oralidade. 	5 pontos
Regular	<ul style="list-style-type: none"> • Desvios esporádicos no uso dos recursos linguísticos (domínios morfológico, sintático e semântico e de convenção ortográfica). 	10 pontos

	<ul style="list-style-type: none">• Interferência indevida da oralidade na escrita.	
Bom	<ul style="list-style-type: none">• Uso satisfatório dos recursos linguísticos (domínios morfológico, sintático e semântico e de convenção ortográfica).• Uso adequado das estruturas da formalidade na escrita.	15 pontos
Ótimo	<ul style="list-style-type: none">• Uso excelente dos recursos linguísticos (domínios morfológico, sintático e semântico, e a observância à convenção ortográfica), demonstrando correção na modalidade escrita padrão em língua portuguesa.	20 pontos